

# Para alugar ou comprar. Vamos juntos.



## UNIDAS S.A.

CNPJ/MF nº 04.437.534/0001-30

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Considerando todas as atividades, a Companhia possuía em 31 de dezembro de 2018 uma frota total de 82.532 veículos - Frota Unidas (considerando a frota total dos franqueados).

**2 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

A Companhia obteve em 2018, primeiro ano após a fusão Locamerica-Unidas, históricos resultados operacionais e financeiros, mesmo com a competição acirrada entre os concorrentes. Contamos com uma parceria global desde 2012, através da acionista do grupo Enterprise Holdings (Enterprise, Alamo e National), o maior grupo de locação e gestão de frota do mundo, com aproximadamente 100 mil colaboradores, presença em 96 países, 16 mil lojas e um total de 2 milhões de automóveis.

Em 2018, o segmento de Aluguel de Carros - RAC, apresentou um crescimento da receita líquida de 36,4%, atingindo R\$578,7 milhões. Este crescimento é resultado do aumento do número de diárias vendidas em 46,0% e pelo aumento da tarifa média em 3,6%, atingindo uma Taxa de Ocupação de 76,5%.

Já o segmento de Terceirização de Frotas alcançou R\$379,2 milhões, crescimento de 28,3% em 2018, devido ao aumento no número de diárias em 18,0% e do aumento da tarifa média mensal, receita bruta dividida pela frota operacional, em 9,9%.

Com a desmobilização dos veículos utilizados na operação, a Companhia atingiu uma receita de

Seminovos no patamar de R\$1.024,9 milhões em 2018, crescimento de 19,8%, devido ao aumento de 10,3% na quantidade de veículos vendidos e pelo aumento de 8,6% no preço médio de venda dos veículos.

Considerando os resultados citados anteriormente, a Companhia atingiu em 2018 uma Receita Líquida de R\$2.019,3 milhões, EBITDA Recorrente de R\$537,3 milhões, EBIT Recorrente de R\$360,9 milhões e Lucro Líquido Recorrente de R\$134,4 milhões (indicadores recorrentes desconsiderando as despesas não recorrentes resultantes da fusão Locamerica-Unidas).

Presenciamos a melhora da economia brasileira no decorrer de 2018 e, segundo projeções do Boletim Focus divulgado pelo Banco Central em 25 de janeiro de 2019, teremos um ano de 2019 com a inflação medida pelo IPCA de 4,0% a.a., controlada dentro do centro da meta, crescimento do PIB próximo de 2,5%, taxa de juros básica SELIC de 7,0% a.a., propiciando assim, um cenário econômico mais positivo para o crescimento das operações da Companhia em 2019.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores e parceiros pelo apoio e contribuição para as conquistas que alcançamos ao longo de 2018 e esperamos o mesmo empenho para o desenvolvimento da Companhia durante o ano de 2019.

### A Administração

#### Demonstração do Resultado do Exercício - Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida (Nota 18)	1.714.364	1.348.258	2.019.260	1.613.857
Custos de locação e venda de veículos (Nota 19)	(1.240.305)	(1.021.678)	(1.422.087)	(1.171.845)
<b>Lucro bruto</b>	<b>474.059</b>	<b>326.580</b>	<b>597.173</b>	<b>442.006</b>
Despesas com vendas (Nota 20)	(72.525)	(49.825)	(134.337)	(90.028)
Despesas gerais e administrativas (Nota 21)	(76.628)	(53.169)	(133.061)	(112.338)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 8)	(2.461)	8.074	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais (Nota 22)	(789)	1.330	(3.034)	(279)
<b>Resultado antes do resultado financeiro líquido e imposto sobre o lucro</b>	<b>321.656</b>	<b>232.990</b>	<b>326.714</b>	<b>239.361</b>
Despesas financeiras (Nota 23)	(174.210)	(189.293)	(184.693)	(194.289)
Receitas financeiras (Nota 24)	19.072	28.715	22.101	31.684
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(155.138)</b>	<b>(159.578)</b>	<b>(162.592)</b>	<b>(162.605)</b>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	166.518	73.412	164.149	76.756
Imposto corrente	(11.294)	-	(14.137)	(2.513)
Imposto diferido	(45.226)	(12.505)	(40.114)	(13.336)
<b>Impostos sobre o lucro (Nota 15)</b>	<b>(56.520)</b>	<b>(12.505)</b>	<b>(54.251)</b>	<b>(15.849)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>109.898</b>	<b>60.907</b>	<b>109.898</b>	<b>60.907</b>
Lucro líquido por ação - básico - R\$ (Nota 28)	2,01	1,11	2,01	1,11
Lucro líquido por ação - diluído - R\$ (Nota 28)	2,00	1,07	2,00	1,07

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

#### Demonstração do Resultado Abrangente

##### Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	109.898	60.907
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Hedge accounting - fluxo de caixa	(1.975)	-
Imposto de renda e contribuição social - hedge accounting	672	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>108.594</b>	<b>60.907</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

#### Demonstração do Valor Adicionado

##### Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Receitas</b>	<b>1.811.551</b>	<b>1.422.794</b>	<b>2.166.680</b>	<b>1.729.944</b>
Receita bruta de locação e venda de veículos	(23.895)	(22.467)	(47.833)	(42.680)
Descontos e cancelamentos	(9.753)	(20.783)	(18.723)	(27.432)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	1.777.903	1.379.544	2.100.124	1.659.832
<b>Insuamos adquiridos de terceiros</b>	<b>(148.051)</b>	<b>(82.093)</b>	<b>(244.268)</b>	<b>(164.571)</b>
Custos dos aluguis de veículos	(26.040)	(15.658)	(56.140)	(43.090)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(29.404)	(23.057)	(74.011)	(49.979)
Comerciais e publicidade	(29.404)	(23.057)	(74.011)	(49.979)
Valor residual dos veículos em desativação para renovação de frota baixado	(920.833)	(769.650)	(920.833)	(769.786)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(1.124.268)</b>	<b>(890.458)</b>	<b>(1.295.252)</b>	<b>(1.027.426)</b>
Depreciação e amortização	653.635	489.086	804.872	632.406
Provisão de veículos roubados e sinistrados	(170.944)	(162.375)	(176.385)	(167.507)
Provisão de veículos roubados e sinistrados	(67.607)	(27.039)	(67.607)	(27.039)
<b>Valor adicionado líquido, gerado</b>	<b>(418.576)</b>	<b>(470.786)</b>	<b>(473.372)</b>	<b>(462.566)</b>
Valor adicionado recebido em transferência	(2.461)	8.074	-	-
Equivalência patrimonial	19.072	28.715	22.101	31.684
Receitas financeiras	16.611	36.789	22.101	31.684
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>431.695</b>	<b>336.461</b>	<b>582.981</b>	<b>469.544</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>431.695</b>	<b>336.461</b>	<b>582.981</b>	<b>469.544</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

#### Demonstração dos Fluxos de Caixa

##### Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>	<b>109.898</b>	<b>60.907</b>	<b>109.898</b>	<b>60.907</b>
Lucro líquido do exercício	170.944	162.375	176.385	167.470
Depreciação e amortização	35.914	27.039	35.914	27.039
Provisão de veículos roubados e sinistrados	-	-	-	-
Valor residual dos veículos em desativação para renovação de frota baixado	952.526	769.650	952.526	769.786
Resultado de equivalência patrimonial	2.461	(8.074)	-	-
Provisão para contingências	57	5.068	1	5.095
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e baixa de títulos não recuperáveis	5.902	20.707	13.401	20.772
Provisão de pagamento baseado em ações	4.023	1.144	4.023	1.144
Variações cambiais e monetárias, líquidas	93	7.599	35	7.599
Despesas financeiras, líquidas	148.054	124.539	148.054	124.539
Participação nos resultados	5.565	-	8.656	2.513
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	56.620	12.505	54.251	13.336
Outras receitas e despesas operacionais	(1.492.057)	(1.183.459)	(1.503.144)	(1.200.200)
Contas a receber de clientes	(35.273)	(37.199)	(89.247)	(32.717)
Impostos a recuperar	(15.983)	2.544	(19.797)	2.771
Créditos com partes relacionadas	(61.178)	18.154	(8.707)	2.625
Outros ativos circulantes e não circulantes	3.827	(4.976)	2.687	(6.818)
Fornecedores (exceto montadoras de veículos)	(3.451)	3.449	(5.353)	5.570
Imposto de renda e contribuição a recolher	(1.696)	-	(1.725)	(129)
Tributos a recolher	8.281	(132)	14.162	(269)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(27.429)	(2.786)	(3.613)	7.304
Imposto de renda e contribuição social diferido	(8.271)	-	(11.498)	(2.062)
Contas a pagar de fornecedores - montadoras e cessão de montadoras	(1.426.832)	(1.249.932)	(1,426.827)	(1,249.804)
Aquisição de acessórios para veículos	(7.682)	(9.245)	(8.057)	(9.325)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(83.620)</b>	<b>(96.664)</b>	<b>(54.831)</b>	<b>(82.654)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(11.904)</b>	<b>(4.638)</b>	<b>(24.901)</b>	<b>(11.951)</b>
Aquisição de outros imóveis	(7.134)	(2.516)	(9.235)	(6.346)
Adição ao intangível	2.267	-	4.187	-
Alienação de intangíveis e outros imóveis	(26.174)	35.594	(26.174)	35.594
(Aplicação) resgate de títulos e valores mobiliários	(100)	-	-	-
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>(43.045)</b>	<b>28.440</b>	<b>(56.123)</b>	<b>17.297</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>735.109</b>	<b>920.000</b>	<b>735.109</b>	<b>920.000</b>
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - líquido dos custos de captação	(580.820)	(485.452)	(580.820)	(485.452)
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(138.729)	(132.187)	(138.729)	(132.187)
Juros sobre capital próprio pagos	(27.536)	(23.865)	(27.536)	(23.865)
Outros ganhos (perdas) de operações com derivativos	-	(51.564)	-	(51.564)
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>(11.976)</b>	<b>226.932</b>	<b>(11,976)</b>	<b>226.932</b>
<b>Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(138.651)</b>	<b>158.708</b>	<b>(122,930)</b>	<b>161,575</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>197,083</b>	<b>38,375</b>	<b>198,563</b>	<b>36,888</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>58,432</b>	<b>197,083</b>	<b>75,633</b>	<b>198,563</b>
<b>Atividades que não afetam o caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Efeito da adoção inicial</b>	<b>42,574</b>	<b>-</b>	<b>72,537</b>	<b>-</b>
Efeito da adoção inicial IFRS 9 - Contas a receber	(14,475)	-	(23,871)	-
Efeito da adoção inicial IFRS 9 - Imposto diferido	28,099	-	48,666	-
<b>Derivativos - Hedge</b>	<b>(1,975)</b>	<b>-</b>	<b>(1,975)</b>	<b>-</b>
Hedge accounting - fluxo de caixa	(1,975)	-	(1,975)	-
Imposto de renda e contribuição social - hedge accounting	672	-	672	-
Imposto diferido	(1,304)	-	(1,304)	-

#### Divulgação suplementar sobre as informações do fluxo de caixa

	2018	2017
<b>Demonstração do caixa pago pela aquisição de veículos</b>	<b>(2.244.409)</b>	<b>(1.554.661)</b>
Total de aquisições de veículos (**)	(2,244,409)	(1,554,661)
Saldo inicial do exercício (*)	(495,033)	(299,994)
Saldo final do exercício (*)	(1,311,017)	(499,206)
Variação do balanço	815,984	199,212
Aquisição por arrendamento mercantil financeiro	1,593	105,517
<b>Caixa pago na aquisição de veículos</b>	<b>(1,426,832)</b>	<b>(1,249,932)</b>

(\*) Os saldos iniciais e finais dos exercícios compõem-se da soma das rubricas de fornecedores - montadoras de veículos e securitização de contas a pagar conforme notas explicativas 12 e 13, respectivamente.

(\*\*) Considera-se a soma de aquisição de veículos e veículos em preparação, nota explicativa 10.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

método da taxa efetiva de juros, eram reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, eram reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando tivesse sido estabelecido o direito do Grupo de receber dividendos. 2.5.7 Impairment de ativos financeiros: Ativos mensurados ao custo amortizado: Até 31 de dezembro de 2017, o Grupo avaliava a data de cada balanço se havia evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado e as perdas por impairment eram incorridas somente se houvesse evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tivesse um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pudesse ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por impairment era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo era reduzido e o valor do prejuízo era reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tivesse uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment era a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo poderia mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuísse e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma

### 1 - PERFIL DA COMPANHIA

A Unidas S.A. é uma Companhia especializada em soluções de locação e gestão de veículos, atuando nos segmentos de Terceirização de Frotas (TF) e Aluguel de Carros (RAC), com 34 anos de experiência no Brasil.

No segmento de Aluguel de Carros, a Unidas S.A. realiza contratos de curta e média duração com pessoas físicas que demandam veículos para lazer, com empresas que demandam veículos por necessidade de negócios e com as seguradoras que demandam veículos substitutos (carro reserva) para a ocorrência de sinistro com os seus Clientes. As nossas operações de RAC estão presentes em todos os 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contava com uma rede de 210 pontos de atendimento, sendo 121 lojas próprias e 89 lojas franqueadas de Aluguel de Carros.

No segmento de Terceirização de Frotas, a Companhia possui um portfólio de clientes corporativos através de contratos de locação de longo prazo, na sua maioria entre 2 a 3 anos. A Companhia conta com uma base de clientes diversificada, que demandam contratos com diferentes tamanhos de frota. Para a desmobilização dos veículos anteriormente utilizados na sua frota, a Companhia tem uma unidade de negócios de venda de Seminovos composta por 57 lojas, sendo por 36 lojas próprias e 21 lojas franqueadas.

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Circulante</b>	<b>58.432</b>	<b>197.083</b>	<b>75.633</b>	<b>198.563</b>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5a)	26.174	-	26.174	-
Títulos e valores mobiliários (Nota 5b)	135.026	134.591	246.737	228.776
Contas a receber de clientes (Nota 6)	28.866	11.008	33.756	11.298
Impostos a recuperar	2.972	2.813	4.456	3.162
Despesas antecipadas	166.811	105.633	17.484	8.777
Créditos com partes relacionadas (Nota 7)	259.353	180.339	259.613	180.599
Veículos em desativação para renovação de frota (Nota 9)	-	196	-	196
Instrumentos financeiros derivativos	847	6.692	1.139	7.168
Outras contas a receber	678.481	638.355	664.992	638.539
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>678.481</b>	<b>638.355</b>	<b>664.992</b>	<b>638.539</b>
<b>Não circulante</b>	<b>4.260</b>	<b>17.898</b>	<b>4.883</b>	<b>19.535</b>
Contas a receber de clientes (Nota 6)	-	1.664	-	2.424
Impostos a recuperar	30	240	1.149	1.441
Despesas antecipadas	10.427	40.606	36.940	52.510
Impostos diferidos (Nota 15)	30.892	28.800	32.706	30.336
Depósitos judiciais (Nota 16)	-	25	-	33
Outros créditos	34.714	57.725	-	-
Investimentos (Nota 8)	850	-	850	-
Propriedades para investimento	3.106.181	2.078.815	3.127.058	2.092.674
Imobilização (Nota 10)	73.149	70.901	76.984	73.647
Intangível (Nota 11)	3.260.503	2.296.674	3.280.570	2.272.600
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>3.938.984</b>	<b>2.935.029</b>	<b>3.945.562</b>	<b>2.911.139</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

#### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

##### (Em milhares de Reais)

	Reserva de capital e opções outorgadas		Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial abrangentes	Total
	Opções outorgadas	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros			
<b>Em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>750.</b>						



**UNIDAS S.A.**

CNPJ/MF nº 04.437.534/0001-30

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente era reconhecida na demonstração do resultado. **2.5.8 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos do IFRS 9 em relação à contabilidade de hedge. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) e designa certos derivativos como: **hedge** de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa). Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de hedge estão divulgados na Nota 4.3. As movimentações nos valores de hedge classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na demonstração do patrimônio líquido. **(a) Hedge de fluxo de caixa:** A parcela efetiva (marcação do título ao mercado) das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como " Receitas (Despesas) financeiras, líquidas ". Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por hedge). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protege os empréstimos com taxas variáveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". Entretanto, quando a operação prevista protegida por hedge resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo, estoques ou ativos fixos), os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação, no caso de bens do ativo imobilizado. Quando um instrumento de hedge vende ou é vendido, ou quando um hedge não atende mais aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulado que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Receitas (Despesas) financeiras, líquidas". **(b) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilidade de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Despesas financeiras, líquidas". **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de aluguel de frota de veículos e pela venda de veículos para desativação para renovação de frota no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou impairment). As contas a receber de clientes são ajustadas pelo seu valor presente somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado conforme divulgado na nota explicativa 6. **2.7 Veículos em desativação para renovação de frota:** Os "Veículos em desativação para renovação de frota" são reconhecidos pelo valor residual quando da transferência da conta de imobilização para a conta de "Veículos em desativação para renovação de frota". O saldo destes veículos é apresentado pelo seu valor de custo, ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os veículos após o término de contrato de locação são reclassificados para a conta de "Veículos em desativação para renovação de frota" e passam a ser destinados para venda (atividade acessória à operação da Companhia). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado do veículo, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.8 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Valor residual de um ativo é o valor que a Companhia obteria com a venda do ativo após deduzir as despesas de vendas. Para os veículos, o valor residual é o valor estimado de venda depois de sua vida útil econômica menos as despesas estimadas de vendas. A depreciação é reconhecida no resultado, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil econômica dos veículos reflete o padrão de uso e consumo de seus benefícios econômicos esperados pela Companhia. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

Anos	
1-5	Veículos
1-5	Acessórios para veículos
5	Equipamentos de informática
10	Máquinas e equipamentos
10	Móveis e utensílios
10	Outros

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. **2.9 Intangível: (a) Carteira de clientes:** As relações contratuais com clientes (carteira de contratos de locação adquirido de terceiros), são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o tempo remanescente de contrato com o cliente. **(b) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. **(c) Direito de uso de marca:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 anos. **(d) Agio:** O agio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **2.10 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o agio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de agio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **2.11 Fornecedores e cessão de créditos por fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Alguns fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de crédito por fornecedores", haja vista que o título será pago à instituição financeira e não mais ao fornecedor. A Companhia também adota a prática contábil de classificação destas operações como atividades operacionais, na demonstração dos fluxos de caixa. **2.12 Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.13 Provisões:** As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor a ser estimado com segurança. As provisões compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel, ações judiciais civis, de natureza indenizatória de vítimas de acidentes automobilísticos envolvendo carros de sua frota, pleitos de indenização por reclamações de horas extras, vendas rescisórias e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias brasileiras promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre o lucro em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.15 Benefícios a empregados: (a) Remuneração com base em ações:** A Companhia opera uma série de planos de remuneração com base em ações, liquidação com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de

qualquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e às condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de agio, se aplicável, quando as opções são exercidas. **(b) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas a Companhia após certos ajustes e acordos firmados junto a representantes de classe de seus empregados. **2.16 Capital social:** A Companhia possui somente ações ordinárias e essas ações são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos ("custos com emissão de ações"). **2.17 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfazer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo. **(a) Receita de locação de veículos:** A receita de locação de veículos é medida pelo valor justo da contraprestação dos serviços de locação a receber. As receitas de aluguel são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel. **(b) Receita de venda de veículos:** A receita líquida da venda de bens (veículos) é uma atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que o controle do bem foi transferido para o comprador. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas. **(c) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.18 Normas, alterações e interpretações de normas:** **2.18.1 Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente:** • IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens financeiros. Essa norma substitui o IAS 39 – Financial Instruments: Recognition and Measurement. Em dezembro de 2016, a CVM, através da Deliberação nº 763/16, aprovou o CPC 48, que equivale ao IFRS em questão. A Companhia e suas subsidiárias adotaram a nova norma em 1º de janeiro de 2018, data efetiva da adoção inicial. **Classificação e mensuração:** A Companhia não identificou impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração do IFRS 9. As aplicações e as contas a receber de clientes são mantidas para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que elas atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com o IFRS 9. **Redução ao valor recuperável:** A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros, com base em 12 meses ou por toda a vida. A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia e suas subsidiárias passaram a registrar provisão para perdas esperadas durante toda a vida do contas a receber de clientes. Devido à natureza não garantida de seus recebíveis, o impacto da adoção inicial sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi:

	Controladora		Consolidado		
	Conforme apresentado	Ajustes adoção IFRS 9	Saldo de abertura ajustado	Ajustes adoção IFRS 9	Saldo de abertura ajustado
<b>Balanco patrimonial Ativo</b>					
Circulante	638.355 (35.243)	603.112	638.539 (64.961)	573.578	
Contas a receber de clientes	134.591 (35.243)	99.348	228.776 (64.961)	163.815	
Outros ativos circulantes	503.764	–	409.763	–	409.763
Não circulante	2.296.674 (13.423)	2.283.251	2.272.600	16.295	2.288.895
Contas a receber de clientes	17.898 (7.331)	10.567	19.535 (7.576)	11.959	
Imposto diferido	40.606	14.475	55.081	52.510	23.871
Investimentos	57.725 (20.567)	37.158	–	–	–
Outros ativos não circulantes	2.180.445	–	2.200.555	–	2.200.555
<b>Total do ativo</b>	<b>2.935.029 (48.666)</b>	<b>2.886.363</b>	<b>2.911.139 (48.666)</b>	<b>2.862.473</b>	
Circulante	1.069.329	–	1.069.329	1.042.483	1.042.483
Não circulante	1.056.967	–	1.056.967	–	1.059.923
Patrimônio líquido	808.733 (48.666)	760.067	808.733 (48.666)	760.067	
Lucros acumulados	–	(48.666)	–	(48.666)	(48.666)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.935.029 (48.666)</b>	<b>2.886.363</b>	<b>2.911.139 (48.666)</b>	<b>2.862.473</b>	

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito da Companhia no último ano. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada tipo de cliente, utilizando o percentual de inadimplência observado no período até 360 dias após o vencimento, uma vez que, após este período, a efetividade dos processos de cobrança deixam de ser representativos. As posições dentro de cada tipo de cliente foram segregadas com base em características de risco de crédito, como classificação de risco de crédito, tipo de serviço comprado e nível de inadimplência. Considerando o custo-benefício e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras, a Companhia não representou informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). Conforme demonstrado anteriormente, as diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do IFRS 9 foram reconhecidas nos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018. • IFRS 15 / CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes: Em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes de acordo com a transferência de bens e serviços envolvidos para o cliente, em valores que reflitam o pagamento ao qual a Companhia espera ter direito na transferência desses bens e serviços, e substitui o IAS 18 - Revenue, o IAS 11 - Construction Contracts e as interpretações relacionadas. Em dezembro de 2016, a CVM, através da Deliberação nº 762/16, aprovou o CPC 47, que equivale ao IFRS em questão. A Companhia e suas subsidiárias adotaram a nova norma em 1º de janeiro de 2018, data efetiva da adoção inicial. A Companhia realizou uma análise detalhada do IFRS 15 e não identificou impactos materiais com relação às práticas contábeis adotadas atualmente. **2.18.2 Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não adotados pela Companhia:** • IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil: Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 / CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Companhia irá aplicar o modelo retrospectivo completo e irá representar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. A Companhia definiu uma equipe para o projeto que revisou todos os contratos de arrendamento durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia. A Companhia espera reconhecer ativos de direito de uso de aproximadamente R\$66.762 em 1º de janeiro de 2019, e passivos de arrendamento no valor de R\$82.202. Espera-se que o EBITDA ajustado utilizado para mensurar os resultados de segmentos aumente em aproximadamente R\$33.154, já que os pagamentos dos arrendamentos operacionais foram incluídos no EBITDA, mas a amortização dos ativos de direito de uso e os juros sobre o passivo de arrendamento são excluídos dessa medida. Os fluxos de caixa operacionais irão aumentar e os fluxos de caixa de financiamento irão diminuir aproximadamente R\$33.154, pois a amortização da parcela do principal dos passivos de arrendamento será classificada como fluxos de caixa de atividades de financiamento. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.20 Reclassificação das cifras comparativas:** Em 2018, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados a apresentação mais adequada de saldos de fundo de comércio da Companhia. A referida reclassificação afetou o ativo não circulante de 31 de dezembro de 2017 tanto na controladora quanto no consolidado, no montante de R\$338 e R\$2.830, respectivamente. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas conforme efeitos demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Original	Ajuste Reapresentado	Original	Ajuste Reapresentado
<b>Balanco patrimonial Ativo</b>				
Circulante	638.355	–	638.355	638.539
Não circulante	2.296.674	–	2.296.674	2.272.600
Imobilizado	2.079.153 (338)	2.078.815	2.095.504 (2.830)	2.092.674
Intangível	70.563	338	70.901	70.817
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.935.029</b>	<b>–</b>	<b>2.935.029</b>	<b>2.911.139</b>
<b>Passivo</b>				
Circulante	1.069.329	–	1.069.329	1.042.483
Não circulante	1.056.967	–	1.056.967	1.059.923
Patrimônio líquido	808.733	–	808.733	808.733
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.935.029</b>	<b>–</b>	<b>2.935.029</b>	<b>2.911.139</b>

**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir: **(a) Contas a receber (estimativa de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD")):** A Companhia considera na mensuração da PECLD, as perdas de créditos esperadas, conforme descrito na nota 2.18.1. Adicionalmente, a Companhia avalia continuamente sua carteira de recebíveis de forma a identificar se existem indícios de "impairment" sobre os títulos de cada cliente que compõe a carteira. Se sim, a Companhia avalia se o cliente inadimplente deu garantias reais e se as mesmas são suficientes para cobrir a exposição líquida da Companhia. Caso as garantias reais não sejam suficientes, a Companhia reconhece a provisão para créditos com liquidação duvidosa, classificada como "despesa com vendas". **(b) Imobilizado (depreciação de veículos, definição de vida útil econômica e valor residual):** A Companhia estima frequentemente o valor residual dos veículos (valor estimado de venda depois de sua vida útil menos as despesas estimadas de vendas), que impacta consequentemente nos custos de depreciação dos veículos operacionais. Esta estimativa leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento, tais como preço estimado de venda. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado e, consequentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos. **(c) Intangíveis (recuperabilidade do agio):** Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (impairment) no agio, de acordo com as políticas contábeis apresentadas. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) são determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. O agio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), identificadas de acordo com o segmento operacional. **4. Gestão de risco financeiro e valor justo:** **4.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros); risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades. As práticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, para monitorar riscos e aderência aos limites. **(a) Risco de mercado: (i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas com instituições financeiras. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir o qual é apreciado pela Diretoria para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A prática da Administração para controle consiste em um acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetuou aplicações de

caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as práticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Conforme sua prática de gerenciamento de riscos financeiros, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteger sua exposição de taxa de juros nos custos financeiros dentro de determinados níveis. A Companhia possui a totalidade de seus equivalentes de caixa indexados à variação do CDI e seu endividamento indexados à variação do CDI e IPCA. A exposição a estes ativos e passivos à taxa variável são monitorados ativamente pela Administração da Companhia.

	Controladora		Consolidado				
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017			
<b>Valor Contábil</b>							
Instrumentos financeiros atrelados ao CDI e IPCA	80.275	185.948	93.758	186.052			
Ativos financeiros	(2.280.860)	(1.707.261)	(2.280.860)	(1.707.261)			
Passivos financeiros	(2.180.585)	(1.521.313)	(2.167.102)	(1.521.209)			
<b>Exposição líquida (CDI e IPCA)</b>	<b>(2.381.170)</b>	<b>(1,436,626)</b>	<b>(2,344,204)</b>	<b>(1,436,418)</b>			
<b>(ii) Contratos de call de DI - CDI x Taxa pré:</b> A Companhia visando se proteger do risco de perda de rentabilidade nos contratos de gestão de frota pela variação das taxas de juros e manter a sua competitividade, contratou operação de hedge, denominadas "call de DI" ou "swap de arrendimento". A tabela abaixo demonstra os valores da operação de hedge contratada visando a proteção com relação as variações futuras das taxas de juros:							
Moeda	Taxa swap -	Início	Vencimento	Prêmio		MTM em	
				Original	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
Reais	CDI	março/2017 a	dezembro/2018	231.000	1.983	–	196
	Taxa pré junho/15			Saldo	231.000	1.983	–
							196

Esta operação foi liquidada integralmente em setembro de 2018. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contratou, com caráter exclusivo de proteção, operações de swap, que trocam a variação de 100% do CDI por taxa pré fixada. Na determinação do valor justo do swap foram utilizados preços de mercado ativo, para instrumentos financeiros idênticos, segregamos os instrumentos para demonstrar o efeito ativo e passivo de cada grupo de instrumentos, sendo demonstrado como segue:

Operações	Período (meses)	Juros	Taxas		Valor justo		
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Líquido
CDI x Taxa pré	12 a 36 meses	Trimestrais	117,5% CDI	8,14% a 12,32%	99.179	99.384	(205)
			Saldo		99.179	99.384	(205)

Abaixo encontra-se a movimentação do instrumento financeiro derivativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Operações	Período (meses)	Juros	Taxas		Resultado			Em 31 de dezembro de 2018
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Líquido	
Instrumentos financeiros swap								
Instrumentos financeiros derivativos					1975	205	–	
							1.770	

Instrumentos financeiros swap

Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros swap

Instrumentos financeiros derivativos



**UNIDAS S.A.**

CNPJ/MF nº 04.437.534/0001-30

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Nível	Controladora				Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>								
<b>Valor justo por meio do resultado</b>								
Equivalentes de caixa (Nota 5a)	54.101	54.101	185.752	186.338	67.584	67.584	185.856	186.442
Contas a receber de clientes (Nota 5b)	26.174	26.174	-	-	26.174	26.174	-	-
Instrumentos financeiros (Nota 4)	-	-	196	196	-	-	196	196
<b>Ativo pelo custo amortizado</b>								
Caixa e Bancos (Nota 5a)	4.331	4.331	10.745	10.745	8.049	8.049	12.121	12.121
Contas a receber de clientes (Nota 6)	139.286	139.286	152.489	152.489	251.620	251.620	248.311	248.311
Créditos com partes relacionadas (Nota 7)	166.811	166.811	105.633	105.633	17.484	17.484	8.777	8.777
<b>Total</b>	<b>390.703</b>	<b>390.703</b>	<b>454.815</b>	<b>455.401</b>	<b>370.911</b>	<b>370.911</b>	<b>455.261</b>	<b>455.847</b>

Nível	Controladora				Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Passivos financeiros</b>								
<b>Passivos pelo custo amortizado</b>								
Fornecedores (Nota 12)	(708.681)	(708.681)	(282.458)	(282.458)	(714.249)	(714.249)	(289.960)	(289.960)
Cessão de créditos por fornecedores (Nota 13)	(627.693)	(627.693)	(233.605)	(233.605)	(627.693)	(627.693)	(233.605)	(233.605)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 14)	(1.630.987)	(1.630.987)	(1.473.656)	(1.473.656)	(1.630.987)	(1.630.987)	(1.473.656)	(1.473.656)
Instrumentos financeiros (Nota 4)	(2.180)	(2.180)	-	-	(2.180)	(2.180)	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos propostos (Nota 17)	(26.101)	(26.101)	(27.536)	(27.536)	(26.101)	(26.101)	(27.536)	(27.536)
Débitos com partes relacionadas (Nota 7)	(27.419)	(27.419)	(42.216)	(42.216)	(14.173)	(14.173)	(2.027)	(2.027)
Outras contas a pagar, exceto provisões	(159)	(159)	(1.040)	(1.040)	(159)	(159)	(2.190)	(2.190)
<b>Total</b>	<b>(3.023.220)</b>	<b>(3.023.220)</b>	<b>(2.060.511)</b>	<b>(2.060.511)</b>	<b>(3.015.542)</b>	<b>(3.015.542)</b>	<b>(2.028.974)</b>	<b>(2.045.931)</b>

A Administração entende que ativos e passivos financeiros, exceto debêntures, notas promissórias e cessão de créditos por fornecedores, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis, não representam variações significativas em relação aos respectivos valores justos, em razão principalmente do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em datas próximas às do balanço. **(i) Stock options:** O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados utilizando-se o modelo de precificação de opções *Black-Scholes*. Este modelo leva em consideração as variações de mensuração que incluem valor justo na data de mensuração, o preço de período do instrumento, a volatilidade esperada baseada no valor das ações de concorrentes para planos contratados, a vida média ponderada dos instrumentos, dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos) e total de ações do capital social. Condições de serviço e condições de desempenho fora do mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo. O valor justo das opções outorgadas aos diretores e principais gerentes executivos da Companhia é mensurado na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado, durante o exercício no qual o benefício é adquirido conforme pré-requisitos específicos. A Administração revisa as estimativas quanto a quantidade de opções nas datas dos balanços, cujo os direitos devem ser reconhecidos com base nas condições pré-definidas no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido, quando aplicável.

**5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários: a) Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	Caixa e bancos	4.331	10.745	8.049
Aplicações financeiras	54.101	186.338	67.584	186.442
<b>Total</b>	<b>58.432</b>	<b>197.083</b>	<b>75.633</b>	<b>198.563</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a certificado de depósito bancário e aplicações em operações compromissadas, com remuneração entre 65% e 100% do certificado de depósito interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2018.

**b) Títulos e valores mobiliários:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	Aplicações financeiras	26.174	-	26.174
<b>Total</b>	<b>26.174</b>	<b>-</b>	<b>26.174</b>	<b>-</b>

Os títulos e valores mobiliários que compreendem aplicações financeiras que foram dadas em garantia da 9ª e 10ª emissão de debêntures da Companhia e da 15ª emissão de debêntures da Locamerica. Em 31 de dezembro de 2018 não existiam diferenças entre o valor contábil e o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, bem como de títulos e valores mobiliários. A avaliação do valor justo está apresentada na nota 4.3.

**6. Contas a receber de clientes:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	Locações faturadas	157.274	150.846	284.845
Locações a faturar	4.191	4.246	36.264	30.831
Carros alienados para renovação da frota	52.788	23.888	52.788	23.888
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(214.253)	(178.980)	(373.897)	(284.650)
<b>Total</b>	<b>79.967</b>	<b>(26.491)</b>	<b>(122.277)</b>	<b>(36.339)</b>

Circulante

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	135.026	134.591
Não circulante	4.260	17.898
<b>Total</b>	<b>139.286</b>	<b>152.489</b>

A Companhia possui o montante de R\$35.709 de seu contas a receber com garantia das operações de debêntures em 31 de dezembro de 2018. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil. A abertura do saldo por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	A faturar	4.191	4.246	36.264
Faturados:				
A vencer	122.989	110.309	208.420	157.000
Vencidos				
1 a 30 dias	10.505	6.931	10.428	13.224
31 a 60 dias	6.314	7.630	8.113	9.756
61 a 90 dias	6.192	8.064	20.148	10.901
91 a 120 dias	3.343	2.221	4.267	3.239
121 a 365 dias	22.789	15.337	28.708	29.925
Vencidos há mais de 1 ano	37.930	24.242	57.549	29.774
<b>Total</b>	<b>214.253</b>	<b>178.980</b>	<b>373.897</b>	<b>284.650</b>

A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	Saldos no início do exercício	(2.491)	(5.784)	(36.339)
Adoção inicial do IFRS 9 (Nota 2.18.1)	(42.574)	-	(72.537)	-
Constituição da perda estimada	(22.815)	(20.860)	(34.270)	(26.469)
(-) Reversões e baixas	16.913	153	20.869	5.697
Saldo no final do exercício	(74.967)	(26.491)	(122.277)	(36.339)

A despesa com a constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica de despesas de vendas na demonstração de resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores são compensados contra a baixa definitiva do título. **7. Partes relacionadas: Remuneração do pessoal-chave da administração:** A remuneração do pessoal-chave da administração (diretores estatutários) por categoria para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	Remuneração direta, participação nos resultados e benefícios indiretos	18.768	4.711	19.507
Stock options	2.491	442	2.991	442
<b>Total</b>	<b>21.259</b>	<b>5.153</b>	<b>22.498</b>	<b>5.369</b>

A variação na rubrica de remuneração do pessoal-chave da administração ocorreu devido decisão dos Acionistas em premiar certos colaboradores e diretores de forma discricionária, em forma pecuniária, pela efetivação da Combinação de Negócios ocorrida em 9 de março de 2018, junto a Companhia de Locação das Américas (Locamerica), sendo esta de natureza eventual, ou seja, fora do curso normal das atividades da Companhia. A premiação foi paga em 02 de abril de 2018 no valor total de R\$18.039, sendo R\$16.260 de honorários da administração e R\$1.779 de despesas de pessoal, classificadas no grupo de despesas gerais e administrativas. **Transações com partes relacionadas:** Os saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e 31 de dezembro de 2017, bem como as transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas estão demonstrados a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
		<b>Receita</b>	<b>Custos</b>	<b>Valores a receber</b>	<b>Valores a pagar</b>
<b>Controladas</b>					
Unidas Locadora de Veículos Ltda. (a)	31/12/2018	402.659	(10.931)	152.262	901
	31/12/2017	295.011	(29.052)	7.248	17.539
Unidas Comercial de Veículos Ltda. (b)	31/12/2018	-	-	7.248	-
	31/12/2017	-	-	7.219	-
Unidas Franquias do Brasil S.A. (c)	31/12/2018	88	-	7.293	26.518
	31/12/2017	115	-	7.319	24.677

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
		<b>Empresas ligadas</b>			
Principal - Gestão de Ativos e Consultoria Administrativa e Financeira, S.A. (d)	31/12/2018	-	-	-	-
	31/12/2017	-	-	-	8.861
Enterprise Holdings Brazil LLC (e)	31/12/2018	25.944	(14.705)	16.685	13.843
	31/12/2017	35.354	(7.644)	8.777	7.127
Companhia de Locação das Américas (f)	31/12/2018	1.183	(726)	799	26.431
	31/12/2017	-	-	-	-
Kinea I Private Equity FIP (d)	31/12/2018	-	-	-	-
	31/12/2017	-	-	-	1.131
Kinea Co-Investimento II FIP (d)	31/12/2018	-	-	-	-
	31/12/2017	-	-	-	3.394
Vinci Capital Partners II FIP (d)	31/12/2018	-	-	-	-
	31/12/2017	-	-	-	4.525
GIF IV FIP (d)	31/12/2018	-	-	-	-
	31/12/2017	-	-	-	4.525
<b>Consolidado</b>					
	31/12/2018	27.127	(15.313)	17.484	40.274
	31/12/2017	35.354	(7.644)	8.777	29.563
<b>Controladora</b>					
	31/12/2018	402.747	(10.931)	166.811	53.520
	31/12/2017	295.126	(29.052)	105.633	89.752

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	<b>Passivo circulante</b>			
Juros sobre capital próprio e dividendos propostos	26.101	27.536	26.101	27.536
Débitos com partes relacionadas	27.419	42.216	14.173	2.027
	53.520	69.752	40.274	29.563

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	<b>Ativo circulante</b>			
Créditos com partes relacionadas	166.811	105.633	17.484	8.777
	166.811	105.633	17.484	8.777

(a) O saldo a receber refere-se a locação de veículos e despesas indiretas incorridas pela Companhia em favor da Controlada, em condições de mercado e sem remuneração, que serão liquidadas futuramente. O saldo a pagar refere-se a despesas incorridas pela Controlada em favor da Companhia, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente. Os valores que afetaram o resultado referem-se a receitas de locação e custos indiretos. (b) O saldo a receber refere-se a despesas indiretas incorridas pela Companhia em favor da Controlada, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente. (c) O saldo a receber refere-se a despesas indiretas incorridas pela Companhia em favor da Controlada, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente. O saldo a pagar refere-se a despesas incorridas pela controlada em favor da Companhia, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente. Os valores que afetaram o resultado referem-se ao repasse dos custos indiretos da Companhia para a controlada indireta, tais como despesas com pessoal, ocupação e serviços terceirizados. (d) O saldo a pagar refere-se a juros sobre capital próprio propostos, aprovados em 22 de dezembro de 2017. Esta empresa deixou de ser acionista devido à finalização do acordo de investimento com a Locamerica em 9 de março de 2018 e o pagamento dos juros sobre capital próprio ocorreu em 2 de abril de 2018. (e) O saldo a receber refere-se a locações em parceria com a Enterprise e a juros sobre capital próprio propostos, aprovados em 22 de dezembro de 2017. Esta empresa deixou de ser acionista devido à finalização do acordo de investimento com a Locamerica em 9 de março de 2018 e o pagamento dos juros sobre capital próprio ocorreu em 2 de abril de 2018. A Enterprise passou a ser acionista da Locamerica, logo, ainda é uma parte relacionada. (f) O saldo a receber refere-se a locações de veículos substitutos para clientes da Companhia de Locação das Américas (Locamerica). **Empresas ligadas:** • Principal - Gestão de Ativos e Consultoria Administrativa e Financeira, S.A. Empresa sediada em Portugal, que detinha participação societária de 34,7% na Unidas S.A. até 31 de dezembro de 2017 e deixou de ser acionista após a finalização do acordo de investimento com a Locamerica em 9 de março de 2018; • Enterprise Holdings Brazil LLC. Empresa sediada nos Estados Unidos, que detinha participação societária de 20% na Unidas S.A. até 31 de dezembro de 2017 e deixou de ser acionista após a finalização do acordo de investimento com a Locamerica em 9 de março de 2018; • Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações e o Kinea Co-Investimento II. Fundos situados no Brasil, que detinha, respectivamente, participação societária de 3,8% e 1,3% na Unidas S.A. até 31 de dezembro de 2017 e deixaram de ser acionistas após a finalização do acordo de investimento com a Locamerica em 9 de março de 2018; • Vinci Capital Partners II Fundo de Investimento em Participações. Fundo situado no Brasil, que detinha participação societária de 15,1% na Unidas S.A. até 31 de dezembro de 2017 e deixou de ser acionista após a finalização do acordo de investimento com a Locamerica em 9 de março de 2018; • GIF IV Fundo de Investimento em Participações. Fundo situado no Brasil, que detinha participação societária de 15,1% na Unidas S.A. até 31 de dezembro de 2017 e deixou de ser acionista após a finalização do acordo de investimento com a Locamerica em 9 de março de 2018. **8. Investimentos: a) Participação societária nos investimentos: Unidas Locadora de Veículos Ltda.** - Controlada sediada no Brasil, que conduz o negócio "rent a car" ou "RAC". A Unidas S.A. detém participação societária de 99,99% na Unidas Locadora de Veículos Ltda. em 31 de dezembro de 2018 e 2017. **Unidas Comercial de Veículos Ltda.** - Controlada sediada no Brasil, que conduz o negócio de venda de veículos usados que os clientes oferecem como parte de pagamento na compra realizada na Unidas S.A. A Unidas S.A. detém participação societária de 99,99% na Unidas Comercial de Veículos Ltda. em 31 de dezembro de 2018 e 2017. **Unidas Franquias do Brasil S.A.** - Controlada indireta sediada no Brasil, que conduz o negócio de Franquias. A controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda. detém participação societária de 100% na Unidas Franquias do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

**b) Composição dos investimentos:**

	Equivalência patrimonial		Efeito de adoção inicial IFRS 9		Aumento de capital		Valor do investimento		Provisão para perda com investimento	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	<b>Controladas</b>									
Unidas Locadora de Veículos Ltda.	(2.444)	7.979	(20.567)	-	-	-	34.714	57.725	-	-
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	(17)	95	-	-	100	-	-	(8.115)	(8.198)	-
	(2.461)	8.074	(20.567)	-	100	-	3			



**UNIDAS S.A.**

CNPJ/MF nº 04.437.534/0001-30

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado				
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Apropriação de juros	Pagamento de juros	Saldo em 31/12/2017
Arendamento mercantil financeiro	31.259	105.517	8.293	(6.878)	105.191
<b>Total</b>	<b>31.259</b>	<b>105.517</b>	<b>8.293</b>	<b>(6.878)</b>	<b>105.191</b>

**14.2 Debêntures e notas promissórias:** As debêntures e notas promissórias da Companhia não são conversíveis em ações e suas principais características estão apresentadas a seguir:

Título de dívida	Taxa	Ano de vencimento	Garantias
Debêntures 3ª Emissão	CDI + 1,80% a.a.	2018 (I)	Cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota (*)
Debêntures 5ª Emissão	CDI + 1,81% a.a.	2019 (I)	Garantia flutuante sobre os ativos da emissora
Debêntures 6ª Emissão	CDI + 1,70% a.a.	2018 (I)	Garantia flutuante sobre os ativos da emissora
Debêntures 7ª Emissão	CDI + 2,90% a.a. 1ª série CDI + 3,00% a.a. 2ª série	2018 - 1ª série (I) 2019 - 2ª série	Cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota (*)
Debêntures 8ª Emissão	CDI + 3,00% a.a.	2019 (I)	Cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota, e/ou recebíveis de cartões e/ou aplicações financeiras (*)
Debêntures 9ª Emissão	CDI + 2,70% a.a.	2021	Cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota ou aplicações financeiras (*)
Debêntures 10ª Emissão	CDI + 1,20% a.a. 1ª série CDI + 1,60% a.a. 2ª série	2020 - 1ª série 2022 - 2ª série	Cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota ou aplicações financeiras (*)
Debêntures 11ª Emissão	117,5% do CDI	2023	Garantia flutuante sobre os ativos da emissora e garantia fidejussória adicional outorgada
Debêntures 12ª Emissão	110,6% do CDI 1ª série IPCA + 7,3032% 2ª série	2023 - 1ª série 2025 - 2ª série	Garantia quirográfrica e garantia fidejussória adicional outorgada
Notas Promissórias 6ª Emissão	CDI + 3,40% a.a.	2017 - 1ª série (I) 2017 - 3ª série (I) 2018 - 4ª série (I) 2017 - 1ª série (II)	Não aplicável
Notas Promissórias 7ª Emissão	CDI + 2,20% a.a.	2018 - 2ª série (I) 2018 - 3ª série (I) 2019 - 4ª série (I)	Não aplicável

(I) Dívidas liquidadas  
(\*) Os direitos decorrentes das garantias são equivalentes a no mínimo 50% do saldo devedor das debêntures. Adicionalmente, a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de contratos de terceirização de frota refere-se ao fluxo de receita futura de contas de terceirização de frota a performar, portanto, não são ativos financeiros contidos no balanço patrimonial e de conta a receber performada, conforme nota 6.  
A Companhia, durante o prazo de vigência das debêntures e notas promissórias, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

Aplicável a	Condição contratual	Restrição
7ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª emissões de debêntures	Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA	< 3,50
11ª e 12ª emissões de debêntures	Índice obtido da divisão do EBITDA pelo resultado financeiro	< 1,50
11ª e 12ª emissões de debêntures	Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre o período de 12 meses anteriores ao determinado na respectiva emissão	(30%)
11ª e 12ª emissões de debêntures	Índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo Patrimônio Líquido	< 3,50

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia estava em cumprimento com todos os índices e limites financeiros previstos. Custos de transação a apropriar. Os custos de transações incorridos na emissão das debêntures e notas promissórias, ainda não apropriados ao resultado são apresentados reduzido o saldo do passivo e apropriados ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros. Os custos a serem apropriados ao resultado em exercícios subsequentes são compostos como segue:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Debêntures e notas promissórias	(6.020)	(5.375)	(4.421)	(3.412)	(734)	(376)	(93)	(20.431)
	(6.020)	(5.375)	(4.421)	(3.412)	(734)	(376)	(93)	(20.431)

Abaixo demonstramos a movimentação de saldo das debêntures e notas promissórias:

	Controladora e Consolidado									
	Saldo em 31/12/2017	Adições	Apropriação de juros	Custos de transação incorridos	Apropriação de custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Saldo em 31/12/2018	Curto prazo	Longo prazo
Debêntures 3ª Emissão	17.637	-	277	-	25	(755)	(17.184)	-	-	-
Debêntures 5ª Emissão	81.757	-	2.345	-	349	(4.451)	(80.000)	-	-	-
Debêntures 6ª Emissão	51.922	-	1.440	(30)	147	(3.479)	(50.000)	-	-	-
Debêntures 7ª Emissão	168.896	-	9.150	(323)	1.238	(9.528)	(135.000)	34.433	34.433	-
Debêntures 8ª Emissão	150.694	-	6.973	(24)	1.218	(8.861)	(150.000)	-	-	-
Debêntures 9ª Emissão	303.768	-	27.104	(1.824)	1.333	(27.745)	-	302.636	4.541	298.095
Debêntures 10ª Emissão	503.943	-	39.305	(3.041)	1.962	(40.726)	-	501.443	47.309	454.134
Debêntures 11ª Emissão	-	500.000	27.730	(7.178)	1.075	(18.830)	-	502.797	7.464	495.333
Debêntures 12ª Emissão	-	250.000	5.277	(2.471)	119	-	-	252.925	4.901	248.024
NP 5ª Emissão	30.112	-	1.130	-	101	(7.343)	(24.000)	-	-	-
NP 6ª Emissão	59.736	-	3.609	-	582	(9.271)	(58.000)	-	-	-
NP 7ª Emissão	1.368.465	750.000	124.340	(14.891)	8.149	(127.645)	(514.184)	1.594.234	98.648	1.495.586

	Controladora e Consolidado									
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Apropriação de juros	Custos de transação incorridos	Apropriação de custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Saldo em 31/12/2017	Curto prazo	Longo prazo
Debêntures 3ª Emissão	53.662	-	3.983	-	149	(5.885)	(34.272)	17.637	17.637	-
Debêntures 4ª Emissão	101.785	-	10.483	-	210	(12.478)	(100.000)	-	-	-
Debêntures 5ª Emissão	124.779	-	12.878	-	199	(16.099)	(40.000)	81.757	41.906	39.851
Debêntures 6ª Emissão	106.274	-	9.435	-	200	(13.987)	(50.000)	51.922	51.922	-
Debêntures 7ª Emissão	168.362	-	21.656	-	1.038	(22.160)	-	168.896	134.415	34.481
Debêntures 8ª Emissão	151.611	-	19.236	-	431	(20.584)	-	150.694	76.265	74.429
Debêntures 9ª Emissão	-	300.000	24.250	(3.413)	568	(17.637)	-	303.768	5.759	298.009
Debêntures 10ª Emissão	-	500.000	10.862	(7.406)	511	(24)	-	503.943	9.402	494.541
NP 5ª Emissão	35.131	-	1.017	-	110	(6.258)	(30.000)	-	-	-
NP 6ª Emissão	30.620	-	4.020	-	303	(831)	(4.000)	30.112	30.112	-
NP 7ª Emissão	-	120.000	5.898	(1.018)	701	(845)	(65.000)	59.736	8.265	51.471
	772.224	920.000	123.718	(11.837)	4.420	(116.788)	(323.272)	1.368.465	375.683	992.782

**15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** (I) **Impostos diferidos no balanço patrimonial:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal e base negativa	83.299	88.280	87.770	93.700
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	11.013	9.007	17.018	12.355
Perdas esperadas (adoção inicial IFRS 9)	14.475	-	23.872	-
Provisão (reversão) a pagar a fornecedores e outros	(1.215)	4.219	5.480	7.401
Provisões de veículos roubados e sinistrados	40.054	27.843	40.054	27.843
Provisão para riscos e discussões judiciais	9.796	9.776	9.796	9.776
Despesas de stock options	313	1.834	313	1.834
Intangíveis decorrentes da aquisição/incorporação de controlada	(2.887)	(1.783)	(2.887)	(1.783)
Amortização fiscal do ágio	(15.776)	(12.454)	(15.776)	(12.454)
Depreciação acumulada de veículos	(129.690)	(86.427)	(129.690)	(86.427)
Varição cambial de empréstimos e swap	269	121	269	121
Prêmio de opções - call DI	17	630	17	630
Hedge accounting (*)	672	-	672	-
Outros	(113)	(440)	(168)	(486)
<b>Total dos impostos diferidos</b>	<b>10.427</b>	<b>40.606</b>	<b>36.940</b>	<b>52.510</b>

(\*) O efeito de hedge accounting não gera impacto no resultado, sendo este demonstrado no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal e bases negativa possuem expectativa de realização conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	Consolidado
2019	13.566	18.037
2020	16.716	16.716
2021	17.709	17.709
2022	18.582	18.582
2023	16.726	16.726
<b>Total</b>	<b>83.299</b>	<b>87.770</b>

A expectativa de realização é determinada de acordo com as projeções de resultados para os exercícios seguintes limitado a restrição legal de compensação de no máximo 30% sobre os lucros tributáveis apurados. Os referidos créditos não possuem prazo prescricional. Os impostos diferidos tiveram a seguinte movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	Controladora			
	Em 31/12/2016	Movimentação no resultado	Em 31/12/2017	Em 31/12/2018
Prejuízo fiscal e base negativa	82.578	5.702	88.280	(4.981)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	1.967	7.040	9.007	2.006
Perdas esperadas (adoção inicial IFRS 9) (*)	-	-	-	14.475
Provisão (reversão) a pagar a fornecedores e outros	1.367	2.852	4.219	(5.434)
Provisões de veículos roubados e sinistrados	18.650	9.193	27.843	12.211
Provisão para riscos e discussões judiciais	8.054	1.722	9.776	20
Despesas de stock options	1.445	389	1.834	(1.521)
Prêmio de opções - call DI	438	192	630	(613)
Hedge accounting (**)	-	-	-	672
Varição cambial de empréstimos e swap	6.321	(6.200)	121	148
<b>Total dos impostos diferidos ativos</b>	<b>120.820</b>	<b>20.890</b>	<b>141.710</b>	<b>2.508</b>
Amortização fiscal do ágio	(9.133)	(3.321)	(12.454)	(3.322)
Depreciação acumulada de veículos	(57.265)	(29.162)	(86.427)	(43.263)
Intangíveis decorrentes da aquisição/incorporação de controlada	(904)	(879)	(1.783)	(904)
Outros	(407)	(33)	(440)	327
<b>Total dos impostos diferidos passivos</b>	<b>(67.709)</b>	<b>(33.395)</b>	<b>(101.104)</b>	<b>(47.162)</b>
<b>Total dos impostos diferidos líquidos</b>	<b>53.111</b>	<b>(12.505)</b>	<b>40.606</b>	<b>(44.654)</b>

	Consolidado			
	Em 31/12/2016	Movimentação no resultado	Em 31/12/2017	Em 31/12/2018
Prejuízo fiscal e base negativa	88.761	4.939	93.700	(5.930)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	5.293	7.062	12.355	4.663
Perdas esperadas (adoção inicial IFRS 9) (*)	-	-	-	23.872
Provisão (reversão) a pagar a fornecedores e outros	3.825	3.576	7.401	(1.921)
Provisões de veículos roubados e sinistrados	18.650	9.193	27.843	12.211
Provisão para riscos e discussões judiciais	8.054	1.722	9.776	20
Despesas de stock options	1.445	389	1.834	(1.521)
Prêmio de opções - call DI	438	192	630	(613)
Hedge accounting (**)	-	-	-	672
Varição cambial de empréstimos e swap	6.321	(6.200)	121	148
<b>Total dos impostos diferidos líquidos</b>	<b>132.787</b>	<b>20.873</b>	<b>153.660</b>	<b>7.729</b>
Amortização fiscal do ágio	(9.133)	(3.321)	(12.454)	(3.322)
Depreciação acumulada de veículos	(57.265)	(29.162)	(86.427)	(43.263)
Intangíveis decorrentes da aquisição/incorporação de controlada	(904)	(879)	(1.783)	(904)
Outros	(361)	(847)	(486)	318
<b>Total dos impostos diferidos líquidos</b>	<b>(66.941)</b>	<b>(34.209)</b>	<b>(101.150)</b>	<b>(47.171)</b>
<b>Total dos impostos diferidos líquidos</b>	<b>65.846</b>	<b>(13.336)</b>	<b>52.510</b>	<b>(39.442)</b>

(\*) Efeito de adoção do IFRS 9 no patrimônio líquido; (\*\*) O efeito de hedge accounting não gera impacto no resultado, sendo este demonstrado no patrimônio líquido. (I) **Impostos corrente e diferido no resultado:** A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada pela aplicação das alíquotas fiscais, nominais combinadas, e registrada no resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	-	166.518	73.412	164.149
Alíquota fiscal combinada	-	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	-	56.616	24.960	55.811
Equivalência patrimonial	-	837	(2.745)	-
Depesas Indedutíveis	-	325	113	380
Adicional de IR	-	-	-	(8)
Exclusão dos 34% das controladas pelo lucro presumido	-	-	-	570
Juros sobre capital próprio	-	-	(10.200)	(1.374)
Outros	-	(1.158)	377	(2.510)
<b>Total da despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	-	<b>56.620</b>	<b>12.505</b>	<b>54.251</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	-	<b>34%</b>	<b>17%</b>	<b>21%</b>

O prejuízo fiscal e a base negativa não têm prazos determinados para compensação, porém, tal compensação está limitada a 30% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para a controlada Unidas Comercial de Veículos Ltda., pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios. A base de prejuízo fiscal e base negativa desta empresa é de R\$ 263,16. **Provisão para contingências e depósitos judiciais:** A Companhia está se defendendo de demandas judiciais de caráter cível, trabalhista, tributário decorrentes do curso normal de seus negócios. A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos e discussões judiciais constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como mais provável que não, com base na opinião de seus advogados e consultores legais externos. O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia. A movimentação da provisão para riscos e discussões judiciais, e os respectivos depósitos judiciais, por natureza, estão apresentados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/12/2018	Ingressos	Atualizações	Saldo em 31/12/2018	Ingressos	Atualizações
Tributárias	19.279	657	(127)	19.809	22.235	656
Cíveis	1.856	100	590	2.040	1.856	100
Trabalhistas	7.620	365	76	7.620	365	76
	28.755	465	1.323	28.812	31.711</	



## UNIDAS S.A.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Despesas com vendas	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(24.614)	(5.985)
Comissões	(25.141)	(15.610)
Propaganda e marketing	(4.082)	(2.723)
Reversão (perda) estimada com créditos de liquidação duvidosa	(5.902)	(20.707)
Reversão (perdas) com incobráveis (a)	(3.851)	(76)
Outras despesas com vendas	(8.935)	(4.724)
<b>Total</b>	<b>(72.525)</b>	<b>(49.825)</b>

Pessoal	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(32.789)	(12.617)
Comissões	(54.296)	(32.967)
Propaganda e marketing	(18.949)	(10.902)
Reversão (perda) estimada com créditos de liquidação duvidosa	(13.401)	(20.772)
Reversão (perdas) com incobráveis (a)	(5.322)	(6.660)
Outras despesas com vendas	(9.580)	(6.110)
<b>Total</b>	<b>(134.337)</b>	<b>(90.028)</b>

(a) As perdas com incobráveis referem-se a títulos baixados do contas a receber, provocando uma reversão na rubrica de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e um aumento de perdas com incobráveis.

21. Despesas gerais e administrativas	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com pessoal (*)	(44.131)	(27.697)
Serviços de terceiros (*)	(22.593)	(15.690)
Despesas gerais (recuperação de despesas)	(6.336)	(4.591)
Depreciação e amortização	(3.568)	(5.191)
	<b>(76.628)</b>	<b>(53.169)</b>

Despesas com pessoal (*)	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com pessoal (*)	(69.490)	(54.155)
Serviços de terceiros (*)	(36.616)	(29.989)
Despesas gerais	(19.030)	(15.731)
Depreciação e amortização	(7.925)	(12.463)
	<b>(133.061)</b>	<b>(112.338)</b>

(\*) Conforme descrito na nota 7, a Companhia finalizou o processo de Combinação de Negócios com a Locamérica, e em consequência incorreu em custos inerentes ao processo de aquisição, os quais são de natureza eventual, ou seja, fora do curso normal das atividades da Companhia.

Despesas com pessoal	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Honorários, consultoria e terceiros	19.721	20.650	10.564	10.602
	<b>30.285</b>	<b>31.252</b>		

22. Outras receitas e despesas	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Outras receitas e despesas, líquidas	734	1.330
Despesas não recorrentes (*)	(1.523)	-
	<b>(789)</b>	<b>1.330</b>

Outras receitas e despesas, líquidas	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Despesas não recorrentes (*)	531	(279)
	<b>(3.565)</b>	<b>-</b>
	<b>(3.034)</b>	<b>(279)</b>

(\*) Despesas referente a baixa de benfeitorias devido a mudança da localidade do prédio da matriz SP e baixas de imobilizado referente a troca das fachadas da loja para o novo layout da Companhia.

23. Despesas financeiras	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de juros	(157.999)	(162.971)
Despesas de swap	(1.947)	(11.418)
Variações monetárias e cambiais passivas	(109)	(4.598)
Despesas bancárias	(3.131)	(2.248)
Outras despesas financeiras	(11.024)	(7.058)
	<b>(174.210)</b>	<b>(188.293)</b>

Despesas de juros	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de swap	(158.167)	(163.113)
Variações monetárias e cambiais passivas	(1.947)	(11.418)
Despesas bancárias	(112)	(4.598)
Outras despesas financeiras	(12.504)	(7.171)
	<b>(174.630)</b>	<b>(186.300)</b>

24. Receitas financeiras	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Receitas de juros	5.997	5.933
Receita de swap	1.315	2.362
Receitas de aplicações financeiras	11.535	12.069
Variações monetárias e cambiais ativas	213	8.344
Outras receitas financeiras	12	7
	<b>19.027</b>	<b>28.715</b>

Receitas de juros	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Receita de swap	8.509	8.177
Receitas de aplicações financeiras	1.315	2.362
Variações monetárias e cambiais ativas	11.944	12.682
Outras receitas financeiras	273	8.359
	<b>22.101</b>	<b>31.684</b>

25. Cobertura de seguros: (Não auditado) A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros de seus ativos imobilizados. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia apresentava as seguintes coberturas de seguros:

Ativos segurados	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Veículos	-	630.935
Veículos	2.440.360	1.476.620
Veículos	1.877.200	1.820.360
Predial	10.000	14.052
<b>Total</b>	<b>4.327.560</b>	<b>3.941.967</b>

26. Compromissos: A Companhia conduz, diretamente, operações de locação de veículos automotivos sem condutor nos principais aeroportos do país, enquanto seus franqueados conduzem essas mesmas operações de locação de veículos, em nível nacional. Essas operações de locação de veículos, são realizadas por meio de procedimento licitatório, em que a Companhia ou seus Franqueados sagram-se vencedores e assinaram contratos de concessão de uso de área, tendo como empresa concedente a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, ou empresas privadas com contratos de concessão de uso de aeroportos, ou empresas Municipais e/ou Estaduais, responsáveis pela gestão de aeroportos em seus respectivos Municípios ou Estados. O objeto dessa contratação é a concessão do uso de área destinada à exploração comercial de locação de veículos, que pode ocorrer por meio da instalação de um balcão (box) nas dependências do aeroporto, para o oferecimento de locação de veículos, ou ainda, por meio da concessão de área para que seja possível oferecer os mesmos serviços, porém, com a possibilidade da guarda dos veículos (pátio) nas dependências do próprio aeroporto. Os preços pagos pela concessão do uso de área junto aos aeroportos podem ser um valor fixo mensal ou um valor fixo mínimo mensal, que varia de acordo com a localidade de cada aeroporto, acrescido de um valor variável adicional, a ser calculado de acordo com o faturamento bruto mensal da loja instalada naquele aeroporto, que pode variar de 5% até 8,5%. O valor fixo mensal ou valor fixo mínimo mensal é reajustado anualmente por meio de índices governamentais, sendo em sua maioria, reajustados pelo INPC. Também poderão ocorrer reajustes em função de mudanças tributárias que afetem a saúde econômico-financeira dos contratos, ou mesmo se estiver abaixo da prática de mercado. O prazo médio de vigência dos contratos de concessão é de 60 meses, e podem ser renovados a exclusivo critério dos aeroportos, respeitado o prazo mínimo e máximo previsto no § 2º do artigo 1º da Lei 9.074/1995. Nas áreas concedidas, em algumas situações já existe uma estrutura e o concessionário não precisa realizar construções/benfeitorias, porém em outras situações somente é concedida a área, e o concessionário fica responsável pela construção de toda a infraestrutura necessária para a sua operação no atendimento aos seus clientes. Nessas situações, não existe direito de indenização ou retenção por eventuais investimentos realizados pelo concessionário. O concessionário também fica responsável pela obtenção de eventuais licenças para funcionamento, inclusive ambientais, caso sejam necessárias, e pelo treinamento do seu pessoal envolvido na prestação dos serviços, podendo ser exigido pela Concessionária. 27. Informações por

segmento: A administração considera que as operações da Companhia compõem apenas dois segmentos operacionais identificáveis: (i) a locação de veículos através de contratos de longa duração ("fleet"); e (ii) a locação de veículos através de contratos de curta duração ("RAC" ou "rent-a-car"). Como atividade adicional, a Companhia possui estrutura para a venda dos carros desativados do seu ativo fixo em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do período de utilização dos carros nas atividades de aluguel. Abaixo segue a demonstração de resultado por segmento, que não contempla os resultados inerentes a renovação de frota (seminovos):

Receita de locação	31/12/2018		31/12/2017			
	Fleet	RAC	Consolidado	Fleet	RAC	Consolidado
Receita de locação	379.188	615.153	994.341	295.487	462.581	758.068
Receita de venda de veículos	253.337	771.582	1.024.919	231.546	624.237	855.783
<b>Receita líquida</b>	<b>632.525</b>	<b>1.386.735</b>	<b>2.019.260</b>	<b>527.033</b>	<b>1.086.818</b>	<b>1.613.851</b>

Custos de venda de veículos	31/12/2018		31/12/2017			
	Fleet	RAC	Consolidado	Fleet	RAC	Consolidado
Custos de locação e venda de veículos sem depreciação e amortização	(297.756)	(955.871)	(1.253.627)	(254.014)	(762.861)	(1.016.875)
Lucro bruto sem depreciação e amortização	334.769	430.864	765.633	273.019	323.957	596.976
Comerciais	(30.186)	(104.151)	(134.337)	(29.845)	(60.183)	(90.028)
Gerais e administrativas	(61.157)	(63.979)	(125.136)	(39.997)	(59.878)	(99.875)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(456)	(2.578)	(3.034)	(469)	190	(279)
<b>EBITDA</b>	<b>242.970</b>	<b>260.156</b>	<b>503.126</b>	<b>202.708</b>	<b>204.086</b>	<b>406.794</b>
Depreciação e amortização	(85.651)	(90.734)	(176.385)	(78.847)	(88.586)	(167.433)
EBIT	157.319	169.422	326.741	123.861	115.500	239.361
Despesas financeiras, líquidas	(60.456)	(102.136)	(162.592)	(66.264)	(96.341)	(162.605)
EBT	96.863	67.286	164.149	57.597	19.159	76.756
Imposto	(32.238)	(22.013)	(54.251)	(14.671)	(1.178)	(15.849)
<b>Lucro do exercício</b>	<b>64.625</b>	<b>45.273</b>	<b>109.898</b>	<b>42.926</b>	<b>17.981</b>	<b>60.907</b>

A Companhia não segregava seus ativos e passivos por segmento para administração dos seus negócios desta forma não realiza a apresentação do balanço patrimonial por segmento de negócios. 28. Lucro básico e diluído por ação: (a) Resultado básico por ação: O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

Lucro líquido do exercício	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	54.540	54.800
<b>Lucro básico por ação - R\$</b>	<b>2,01</b>	<b>1,11</b>

(b) Resultado diluído por ação: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

Lucro líquido do exercício	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	54.540	54.800
<b>Lucro diluído por ação - R\$</b>	<b>2,00</b>	<b>1,07</b>

29. Eventos subsequentes: Em 14 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R\$ 400 milhões de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) de sua controladora Companhia de Locação das Américas, a ser integralizado no exercício de 2019, após aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Lucro líquido do exercício	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	55.016	56.722
<b>Lucro diluído por ação - R\$</b>	<b>2,00</b>	<b>1,07</b>

29. Eventos subsequentes: Em 14 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R\$ 400 milhões de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) de sua controladora Companhia de Locação das Américas, a ser integralizado no exercício de 2019, após aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Lucro líquido do exercício	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	54.540	54.800
Ajustes de opções de compra de ações (milhares)	476	1.922
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	55.016	56.722
<b>Lucro diluído por ação - R\$</b>	<b>2,00</b>	<b>1,07</b>

29. Eventos subsequentes: Em 14 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R\$ 400 milhões de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) de sua controladora Companhia de Locação das Américas, a ser integralizado no exercício de 2019, após aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Lucro líquido do exercício	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	54.540	54.800
Ajustes de opções de compra de ações (milhares)	476	1.922
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	55.016	56.722
<b>Lucro diluído por ação - R\$</b>	<b>2,00</b>	<b>1,07</b>

29. Eventos subsequentes: Em 14 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R\$ 400 milhões de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) de sua controladora Companhia de Locação das Américas, a ser integralizado no exercício de 2019, após aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Lucro líquido do exercício	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	54.540	54.800
Ajustes de opções de compra de ações (milhares)	476	1.922
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	55.016	56.722
<b>Lucro diluído por ação - R\$</b>	<b>2,00</b>	<b>1,07</b>

29. Eventos subsequentes: Em 14 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R\$ 400 milhões de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) de sua controladora Companhia de Locação das Américas, a ser integralizado no exercício de 2019, após aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Lucro líquido do exercício	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	54.540	54.800
Ajustes de opções de compra de ações (milhares)	476	1.922
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	55.016	56.722
<b>Lucro diluído por ação - R\$</b>	<b>2,00</b>	<b>1,07</b>

29. Eventos subsequentes: Em 14 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R\$ 400 milhões de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) de sua controladora Companhia de Locação das Américas, a ser integralizado no exercício de 2019, após aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Lucro líquido do exercício	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	54.540	54.800
Ajustes de opções de compra de ações (milhares)	476	1.922
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	55.016	56.722
<b>Lucro diluído por ação - R\$</b>	<b>2,00</b>	<b>1,07</b>

29. Eventos subsequentes: Em 14 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R\$ 400 milhões de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) de sua controladora Companhia de Locação das Américas, a ser integralizado no exercício de 2019, após aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Lucro líquido do exercício	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	54.540	54.800
Ajustes de opções de compra de ações (milhares)	476	1.922
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	55.016	56.722
<b>Lucro diluído por ação - R\$</b>	<b>2,00</b>	<b>1,07</b>

29. Eventos subsequentes: Em 14 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R\$ 400 milhões de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) de sua controladora Companhia de Locação das Américas, a ser integralizado no exercício de 2019, após aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Lucro líquido do exercício	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	54.540	54.800
Ajustes de opções de compra de ações (milhares)	476	1.922
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	55.016	56.722
<b>Lucro diluído por ação - R\$</b>	<b>2,00</b>	<b>1,07</b>

29. Eventos subsequentes: Em 14 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R\$ 400 milhões de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) de sua controladora Companhia de Locação das Américas, a ser integralizado no exercício de 2019, após aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Lucro líquido do exercício	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	54.540	54.800
Ajustes de opções de compra de ações (milhares)	476	1.922
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	55.016	56.722
<b>Lucro diluído por ação - R\$</b>	<b>2,00</b>	<b>1,07</b>

29. Eventos subsequentes: Em 14 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R\$ 400 milhões de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) de sua controladora Companhia de Locação das Américas, a ser integralizado no exercício de 2019, após aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.